



COMISSÃO DE REFORMA FISCAL

COMUNICADO DE IMPRENSA

Governo reúne-se para priorizar programas de diversificação económica em Turismo, Agro-Turismo, Pecuária, Comércio Transfronteiriço e Conectividade

Dili, 29 de Janeiro de 2019 - Timor-Leste tem que continuar a investir no planeamento estratégico para uma economia moderna e diversificada, concentrando-se inicialmente em três sectores produtivos chave: turismo, agricultura e pecuária.

O Primeiro Ministro reuniu-se com membros do Conselho Interministerial para a Reforma Fiscal para priorizar e adoptar uma abordagem integrada para a implementação de programas de diversificação económica para apoiar o crescimento sustentável e construir uma base económica mais ampla para aumentar a receita interna. O Primeiro Ministro, Sr. Taur Matan Ruak disse:

“O Conselho Interministerial serve como um corpo de planeamento estratégico e mecanismo de coordenação para ajudar os Ministérios a trabalhar de maneira holística e eficiente para rapidamente alcançar resultados para a população. Precisamos fomentar o crescimento sustentável, aumentar a produtividade e o comércio, criar mais empregos, proporcionar segurança jurídica aos proprietários e investidores, bem como aumentar as receitas domésticas para 18% até 2023”.

Os Directores informaram os Membros do Conselho sobre o trabalho que realizaram até agora e destacaram os desafios e as oportunidades que enfrentaram na implementação de programas de diversificação económica.

O Sr. Paolo Spantigati, Director Residente do ADB no País e a Economista da Sede do ADB em Manila, apresentaram as conclusões e recomendações do Estudo sobre a Cooperação Regional e Integração (CRI) para elogiar e apoiar os sectores prioritários que o governo está implementando. O programa CRI é projectado para ajudar a fortalecer o nosso quadro legal, apoiar as capacidades das nossas instituições para aumentar a produtividade para o agro-turismo e pecuária, ajudar a enfrentar os desafios à circulação de pessoas, bens e transportes e melhorar a conectividade para aumentar o número de turistas e o volume de comércio em gado com a Indonésia. A economista de cooperação regional, a Sra. Anna Fink comentou dizendo :

“Estamos extremamente satisfeitos pela oportunidade de fazer uma apresentação ao Conselho, uma vez que isso representa um marco importante da nossa parceria com o

governo na cooperação transfronteiriça com a Indonésia. O BAD, como organização regional, está encantado por apoiar os objectivos de crescimento económico e integração de Timor-Leste à ASEAN ”.

O Conselho Interministerial ouviu também sobre o investimento que Timor-Leste está a realizar para expandir o seu ASYCUDA Sistema Mundial para electrónicamente realizar intercâmbios e facilitar o comércio transfronteiriço. Para tal efeito, o Escritório Regional da UNCTAD ASYCUDA Mundial para a Ásia e Pacífico apresentou o documento do Projecto ASYCUDA Mundial para alargar a janela única nacional de Timor-Leste a 9 Agências Governamentais e em conjunto com a Comissão de Reforma Fiscal informou o Conselho sobre os planos técnicos para desenvolver dois protótipos para uma janela única regional e inter-regional. A coordenadora do programa da UNCTAD, Marianne Dumont, disse que:

“A Janela Única de Timor-Leste também deve servir como porta de entrada para intercâmbio de dados com os seus parceiros comerciais, países da ASEAN (ou seja, Indonésia) e da CPLP (ou seja, Brasil, Portugal). Este sistema totalmente integrado e a instalação de gateway deve ser a oportunidade para expandir o acesso ao mercado a nível global e impulsionar o crescimento dos intercâmbios comerciais e o desenvolvimento do empreendedorismo ”.

A apresentação final, também muito importante, foi feita pelo Director Técnico do Sistema Nacional de Cadastro (SNC), Sr. João Loução, para atualizar o governo sobre os progressos realizados no registro sistemático de 234.438 cadastros desde setembro de 2014 a 2018. Esse registro regularizará a propriedade da terra com benefícios socio-económicos consideráveis, bem como proporcionar segurança jurídica aos investidores. O Ministro da Justiça, Manuel Cárceres da Costa, afirmou:

“O projecto SNC proporcionará ao Governo um poderoso instrumento para definir e implementar políticas económicas e fiscais, obras públicas, planeamento do uso da terra e políticas do meio ambiente”.

Os Ministérios competentes continuarão a trabalhar juntos para desenvolver planos de trabalho integrados para implementar os programas, monitorar os resultados e apresentar relatórios regulares ao Conselho Interministerial.

####

Para mais informações, favor contactar: Cecilia Tilman Gonçalves, Comissão de Reforma Fiscal, no +670 7727 6436, ctgoncalves@mof.gov.tl